



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

Participantes	
Membros:	
SEDS	COGEMAS
Maria de Lourdes Corres Perez San Roman	Renata M. dos Santos – Curitiba
Ricardo dos Santos Michelli	José Roberto Zanchi – Fazenda Rio Grande
Ligiane Rodrigues Pereira (suplente)	Ângela C. Pascueto do Amaral – Cambé
Sandra Cristiane K. Busnello	Maria da Silva Souza – Colombo
Carmen Cristina Zadra (suplente)	
Paula Cristina Calsavara Cunha (suplente)	
Letícia Reis	
Membros da Secretaria Executiva:	
Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR.	
Demais Participantes: Daniele M. Vieira (assessoramento jurídico SEDS), Márcia Mazarotto (COGEMAS), Monique C. Oliveira – residente técnica, Thiago de Angelis (ATPI/SEDS), Sérgio A. Ignácio (ATPI/SEDS), Lucilene C. S Diorio (SMAS/Cambé), Maria Ap. dos Santos (SMAS/Cambé), Solange de Fátima Ilivinski (CPSE/SEDS) e Daniel J. da Silva Moreira (residente técnico CGS/SEDS).	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 24/04/2018;
3. Cancelamento da Resolução nº008/2018 – CIB/PR – PMAS (SAS).

Apresentação:

- Estudo da Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do PR (ATPI).

4- Informes:

- 4.1 – Câmara – Requisições dos órgãos de justiça aos trabalhadores do SUAS;
- 4.2 - Expansão PAEFI/MSE 2018 gov. federal (CPSE);
- 4.3 - Conclusão das implantações PAEFI Res. 31/2013 – 24 municípios (CPSE);
- 4.4 – Videoconferência AEPETI (Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI) (CPSE);
- 4.5 – II Encontro Estadual Centro Dia e Residência Inclusivas – dias 4 e 5 de setembro de 2018 (CPSE);
- 4.6 - Capacitação para implantação do Serviço de Acolhimento Familiar - 2 dias em setembro Curitiba - PR (CPSE);
- 4.7- Videoconferência sobre o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e lançamento das orientações técnicas sobre a elaboração do PIA (CPSE);
- 4.8 - Jornadas sobre serviços de medidas socioeducativas em meio aberto (CPSE);
- 4.9. – Programa Família Paranaense;
- 4.9.1– Oficina Regional de Alinhamento sobre o PAIF da Região Sul/ 28 e 19/08 em Curitiba (CPSB);
- 4.9.2– Futuro na mão: 3ª semana de Formação de Facilitadores de Educação Financeira/ 27 e 29/08 em Brasília (CPSB);
- 4.9.3- Informes da Reunião da CIT;
- 4.9.4- Informes COGEMAS.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

Abertura:

A Coordenadora suplente da CIB/PR e Superintendente da Assistência Social/SEDS, Maria de Lourdes San Roman, iniciou a reunião ordinária cumprimentando os participantes. Concedeu a palavra a José Roberto Zanchi representante da CIB e membro do COGEMAS, que saudou o pleno.

1. Aprovação da pauta da reunião:

A Pauta foi submetida à pactuação e foi aprovada pelos membros da CIB/PR, com as seguintes modificações:

Inclusão: Proposta de exclusão do limite de despesas de pessoal os recursos destinados às ações e serviços da assistência social (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 26/06/2018.

A memória da reunião do dia 26/06/2018, foi submetida à aprovação na presente reunião, sendo a mesma considerada aprovada.

3. Cancelamento da Resolução nº008/2018 – CIB/PR – PMAS (SAS).

A Coordenadora suplente da CIB e Superintendente da Assistência Social, Maria de Lourdes Peres San Roman, relatou que em função do Acórdão do Tribunal de Contas da União com supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social nos processos de controle e fiscalização dos recursos federais transferidos para os estados e municípios fundo a fundo e o artigo 30 da LOAS, bem como a resolução nº 189/1999 do CNAS, a iniciativa da área da assistência social pelo ordenador de despesas não poderia estabelecer prazo aos municípios para a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS. Desta forma foi necessário a emissão de um expediente do CEAS/PR aos municípios, solicitando o envio dos PMAS com urgência, ressaltando que o PMAS serve como parâmetro para a elaboração da LOA 2018. O representante da CIB e presidente do COGEMAS José Roberto Zanchi, relatou que no encontro realizado em Jaguariaíva o tema foi abordado, ressaltando que é um procedimento que já deveria ter sido realizado, e não há necessidade de indicação de modelo para sua elaboração visto que deve ser um processo natural. **Pactuado a Revogação da Resolução nº008/2018 – CIB/PR.**

Apresentação: Estudo da Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do PR (ATPI).

O Coordenador da Assessoria Técnica de Informação da SEDS – ATPI/SEDS, Thiago Angelis, iniciou a apresentação informando que a SEDS visando uma gestão descentralizada para o alcance dos municípios com maior demanda socioassistencial e as famílias em maior vulnerabilidade, criou o Índice de Vulnerabilidade Social do PR, o IVFPR. A proposta deste índice, é relacionar os repasses de recursos realizados com o IVFPR. Demonstrou que no estado do Paraná a assistência social obteve um aumento nominal e real do valor empenhado por função orçamentária, entre 2010 e 2017, de 121,05%, e no ano de 2017 atingiu-se um aumento de 87%. O crescimento nominal e real dos valores pagos entre 2010 e 2017 foi de 617,78%. Entre 2016 e 2017 o aumento nos investimentos foi de 209%. Em relação a participação percentual das transferências a municípios dentre o total do orçamento, houve aumento de 28,45%. Entre 2011 e 2017, o programa Luz Fraterna atingiu 480.447 famílias com investimento de R\$ 231.995.534,00. Nos anos de 2013 a 2017, a renda familiar alcançou 309.218 famílias com R\$ 144.393.178,00 empenhados. O Renda Agricultor beneficiou 2116 famílias com R\$ 3.150.000,00 empregados entre os anos de 2015 e 2017. O acompanhamento familiar realizado entre os anos de 2013 e 2017 alcançou 48.698 famílias. Já o programa Bolsa Agente beneficiou 817 famílias, num total de 1788 pessoas e o Passe Livre beneficiou 16.452 famílias. O total de repasses diretamente às famílias foi de R\$ 380.649,282,00. Desta forma, privilegiou-se investimentos aos 312 municípios com população até 20 mil habitantes. Dando continuidade na apresentação, o técnico Sérgio A. Ignácio – ATPI/SEDS, clarificou que a proposta da criação do Índice de Vulnerabilidade Social foi um convênio entre a SEDS e o IPARDES, que visa a avaliação e mensuração do alcance das metas. Baseia-se no CadÚnico, que é a melhor base de dados. Possui 4 grandes dimensões:



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

- Adequação do Domicílio: a primeira vantagem deste índice é a possibilidade de cálculo mensal. Considerou-se 5 componentes: espécie de domicílio, densidade do dormitório, material de construção do domicílio, água encanada e esgoto sanitário.
- Perfil e Composição Familiar: considerou a responsabilidade pela família, a razão entre crianças/adolescentes e adultos, presença de trabalho infantil na família, presença de crianças e adolescentes internados, presença de adultos internados, presença de idosos internados, quantidade de pessoas deficientes na família que necessitam de cuidados permanentes, presença de idosos que residem no domicílio como outro parente ou agregado, analfabetismo do chefe de família.
- Acesso ao Trabalho e Renda: trabalho dos adultos, renda familiar mensal per capita;
- Condições de Escolaridade: crianças e adolescentes fora da educação básica, defasagem de crianças e adolescentes frequentando a educação básica, jovens e adultos que não completaram o ensino fundamental.

A análise da variância é o método que considera 3 fatores: porte do município (índice médio); municípios prioritários; série histórica entre 2013 a 2017. A redução do IVFPR entre os anos de 2013 e 2017 foi de 11,16% entre os municípios prioritários e 10,11% para os municípios de adesão espontânea, totalizando uma redução de 10,79% no período. Os recursos investidos entre os anos de 2013 e 2017 aos municípios de Pequeno Porte I foram de R\$ 165.021.560,05, Aos de Pequeno Porte II, foram R\$ 32.866.784,90 e Médio e Grande Porte foram empregados R\$ 10.193.705,90 reais. A redução no Índice de Vulnerabilidade alcançou 95% dos municípios e 75% das famílias paranaenses. O representante da CIB José Roberto Zanchi, parabenizou a equipe pelo trabalho realizado e destacou a importância de se aprovar o Família Paranaense, que é uma forma de complementar e potencializar o PAIF, e o índice é importante para se monitorar o trabalho bem como mostrar a evolução da gestão da política de assistência social. Salientou que, quando os recursos são bem empregados a tendência é melhorar os índices, destacou a procura dos outros estados em implantar a metodologia do programa Família Paranaense. Embora tenha-se avançado muito na assistência social, alertou para o fato de que famílias permanecem muito tempo no CadÚnico. A representante da CIB e coordenadora da UTPFP Letícia Reis, falou sobre as decisões assertivas, e a importância de se mensurar esforços e os instrumentos quantitativos. A coordenadora suplente da CIB e Superintendente da A.S. Maria de Lourdes Peres San Roman, frizou que conforme a avaliação do Pacto de Aprimoramento, os índices estão longe do esperado. Solicitou ao José Roberto Zanchi que reivindique ao CONGEMAS a realização do estudo sobre os custos dos serviços da área da assistência social.

4- Informes:

4.1 –Câmara – Requisições dos órgãos de justiça aos trabalhadores do SUAS:

A secretária executiva da CIB, Juliana Müller, informou que mediante conflito de agenda, a reunião da câmara não ocorreu neste mês, assim posteriormente a comissão será informada sobre a data da próxima reunião.

4.2 - Expansão PAEFI/MSE 2018 gov. federal (CPSE):

A representante da CIB e técnica da CPSE, Carmen C. Zadra, informou que o Governo Federal lançou expansão para o cofinanciamento para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEFI e para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC pelas Resoluções da CIT nº 3, de 21/03/18 e do CNAS nº 07 de 12/04/18, com os seguintes critérios de partilha e elegibilidade:

“Art. 2º (...)

I – os municípios que possuam menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, possuam CREAS que não receba cofinanciamento federal para a oferta do PAEFI e que atendam mais de 5 (cinco) casos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e de PSC;

II – os estados que possuam CREAS regionais;



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

III – os municípios e o Distrito Federal que recebam cofinanciamento federal para a oferta do PAEFI e que atendam mais de 5 (cinco) casos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e de PSC e não possuam cofinanciamento federal;

IV – os municípios e o Distrito Federal que possuam acima de 20.000 (vinte mil) habitantes, não recebam cofinanciamento federal para a oferta do PAEFI e que atendam mais de 5 (cinco) casos no Serviço de LA e PSC.

O Prazo para o aceite é de 27/06/2018 até 30/11/2018, sendo elegíveis no Paraná 34 municípios: Altônia, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Campina da Lagoa, Campo Magro, Cândido de Abreu, Cantagalo, Carambeí, Chopinzinho, Colorado, Coronel Vivida, Itaperuçu, Jandaia do Sul, Mangueirinha, Mariluz, Matinhos, Nova Esperança, Ortigueira, Paçandu, Palmas, Pirai do Sul, Quatro Barras, Quitandinha, Rebouças, Reserva, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Rondon, Santa Terezinha do Itaipu, Santo Antônio da Platina, São João do Ivaí, São Pedro do Iguaçu e São Pedro do Ivaí. Nesse contexto, a CPSE encaminhou aos Escritórios Regionais o memorando nº 162/2018 e e-mails com orientações e informações complementares para serem repassadas aos municípios para a formalização do citado aceite. No entanto, foi detectado algumas situações:

1) Municípios de Pequeno Porte I que recebem cofinanciamento do PAEFI e não foram elegíveis para o cofinanciamento de MSE:

a) Municípios Pequeno Porte I com CREAS e menos de 5 casos: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Jardim Alegre, Lidianópolis, Mercedes;

b) Municípios Pequeno Porte I com CREAS e Mais de 5 casos: Morretes, Querência do Norte (persiste uma dúvida) e Tomazina;

*Esta situação será apresentada na reunião agendada com o MDS para o dia 26.07.2018, em Brasília.

2) Municípios Pequeno Porte I com CREAS implantados, sem cofinanciamento federal e não foram elegíveis para os serviços de PAEFI e MSE:

a) Municípios com menos de 5 casos: Pato Bragado e Perola;

b) Municípios com mais de 5 casos: São João do Triunfo e Tibagi;

3) município Pequeno Porte II que recebe cofinanciamento do PAEFI e não foi elegível para o cofinanciamento do MSE: Pontal do Paraná:

4) Dos 24 municípios no estado que possuem cofinanciamento pelo PAEFI Regionalizado Res. 31/2013, ficaram de fora:

a) Boa vista da Aparecida - Respondeu a pesquisa do MDS que atendeu em 2017 15(quinze) adolescentes em PSC e 04 (quatro) em LA, não foi considerado elegível neste cofinanciamento, atende os critérios da Resolução 07/2018 CNAS;

b) Fernandes Pinheiro - Respondeu a pesquisa do MDS que atendeu em 2017 02 (dois) adolescentes em PSC, dados confirmados pelo RMA, portanto não atende os para este cofinanciamento;

c) Manoel Ribas - Respondeu a pesquisa do MDS que atendeu em 2017 30(trinta) adolescentes em PSC e 04(quatro) em LA, dados confirmados pelo RMA, porém não foi considerado elegível, portanto atende os critérios da Resolução 07/2018 CNAS;

5) Além da situação do município de Jataizinho que foi considerado elegível, no entanto desistiu da adesão e não implantou CREAS, sendo substituído pelo município de Altamira do Paraná que está com CREAS implantado e informou na pesquisa do MDS que atendeu 07 (sete) adolescentes em PSC, portanto elegível

A técnica da CPSE, Solange de F. Ilivinski, parabenizou o município de Fernandes Pinheiro pelo trabalho realizado e pontuou que o município de Cantagalo, por ser de Pequeno Porte I, os índices estão elevados.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

4.3 - Conclusão das implantações PAEFI Res. 31/2013 – 24 municípios (CPSE):

A técnica da CPSE, Solange de F. Ilivinski, informou que o prazo para a demonstração da implantação deste Serviço, conf. Res. nº 17/2017-CNAS, é 31/12/2018, ressaltando que todas as 24 unidades do CREAS estão implantadas. Assim, foi encaminhado ofício ao MDS/DPSE, informando o cumprimento do prazo, e o repasse das ações de acompanhamento, assessoramento e capacitação realizadas pela CPSE no primeiro semestre de 2018. Também foi incorporado nesse Ofício ao MDS a situação dos municípios de Ibema e Jaguapitã, cujo processo de Plano de Providências exige um monitoramento sistemático em conjunto com os respectivos ER's de Cascavel e Londrina.

4.4 – Videoconferência AEPETI (Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI) (CPSE):

A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial, Juliany Souza dos Santos, informou sobre a realização da videoconferência no dia 14/09. Serão abordados temas sobre as Ações Estratégicas do PETI, com a realização de troca de experiências. O Caderno de Orientações Técnicas, recentemente lançado pelo MDS, também será apreciado e indicado aos técnicos dos municípios com maior incidência de trabalho infantil no Estado.

4.5 – II Encontro Estadual Centro Dia e Residência Inclusivas – dias 4 e 5 de setembro de 2018 (CPSE):

A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial, Juliany Souza dos Santos, informou que será realizado o II Encontro Estadual de Residências Inclusivas e Centros Dia do Estado do PR, nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2018, no Auditório Mário Lobo, Palácio das Araucárias. Será um encontro presencial em Curitiba para 160 pessoas, com os seguintes objetivos: aprimorar o processo de discussão quanto a metodologia dos serviços e perfil dos usuários no Centro Dia e na Residência Inclusiva; acompanhar e orientar o trabalho desenvolvido nas Residências Inclusivas e Centros Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; promover relatos da prática de cada equipamento e a troca de experiência entre os técnicos a fim de verificar os desafios e avanços dos serviços. O Público Alvo serão Técnicos estaduais, Técnicos municipais, Gestores Municipais, Conselheiros municipais e/ou estaduais e Convidados (Secretarias Estaduais: da Saúde, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Trabalho; Conselhos Estaduais: da Assistência Social, Idoso, PCD; Coordenação Estadual das Políticas: da Pessoa com Deficiência e Idosa e FEAPAES).

4.6 - Capacitação para implantação do Serviço de Acolhimento Familiar - 2 dias em setembro Curitiba PR (CPSE):

A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial, Juliany Souza dos Santos, informou que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2018, a capacitação presencial, com o objetivo de oferecer subsídios teóricos práticos a profissionais para atuarem na garantia do direito de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescente .em medida de proteção, na modalidade acolhimento familiar. O encontro prevê a participação de 200 pessoas entre técnicos e gestores dos municípios que fizeram a adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar.

4.7- Videoconferência sobre o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e lançamento das orientações técnicas sobre a elaboração do PIA (CPSE):

A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial, Juliany Souza dos Santos, informou sobre a realização de uma videoconferência, no dia 31 de julho no período da tarde. A proposta é discutir e avaliar o processo de reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e adolescentes. Além de repassar as Orientações Técnicas para a elaboração do Plano Individual de Atendimento.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

4.8 - Jornadas sobre serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (CPSE):

A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial, Juliany Souza dos Santos, informou sobre a realização das Jornadas sobre serviços de medida socioeducativas em meio aberto com início no dia 02 de agosto. Serão realizados 5 Encontros quinzenais, no período da tarde, por videoconferência, e o encerramento se dará em 27 de setembro. Público Alvo – Técnicos estaduais e de referência do Serviço de MSE dos municípios, 1 técnico de cada Cense e da Semi Liberdade. Técnicos do TJ/MP. Metodologia, explanação, e discussão com troca de experiências, e atividades práticas.

4.9. – Programa Família Paranaense:

A técnica da UTPFP e representante suplente da CIB, Paula Cristina Calsavara Cunha, informou que o estado do Ceará demonstrou interesse no programa Família Paranaense. Como modelo de gestão do programa, apresentou a execução realizada no município de Mandirituba.

4.9.1– Oficina Regional de Alinhamento sobre o PAIF da Região Sul/ 28 e 29/08 em Curitiba (CPSB):

A representante da CIB e técnica da CPSB, Sandra C. K. Busnello, informou sobre a oficina que será realizada pelo MDS, com sede no Paraná, e contará com a participação dos municípios: Castro, Curitiba, Palmas, Pinhão, Ortigueira, Honorino Serpa, Prudentópolis, São João do Triunfo.

4.9.2 – Futuro na mão: 3ª semana de Formação de Facilitadores de Educação Financeira/ 27 e 29/08 em Brasília (CPSB):

A técnica da CPSB, Tatiana Possa Schafachek, informou que será realizado entre os dias 13 e 17 de agosto a 3ª Semana de Formação de facilitadores de educação Financeira, em Brasília. Os critérios para a composição dessa lista foi a existência de pelo menos 100 famílias do PBF atendidas pelo PAIF e a existência de municípios com o programa ACESSUAS Trabalho, segundo MDS. Foram contemplados os municípios de Guarapuava, Londrina, Maringá, Pinhais, Ponta Grossa, Toledo, Cianorte, Curitiba, Chopinzinho, Rebouças, Marialva.

4.9.3- Informes da Reunião da CIT:

A representante do COGEMAS, Márcia Mazzaroto, informou que foi divulgado o resultado do Pacto de Aprimoramento dos Municípios. O resultado foi negativo. O principal destaque foi em relação a redução da execução da proteção social básica e o aumento da execução da proteção social especial e aumento do trabalho infantil. Foi criada uma câmara técnica referente a elaboração do Pacto, será formulada nova proposta de pacto de aprimoramento, em que será considerada a elaboração de metas possíveis de serem alcançadas. O FONSEAS analisou e questionou o resultado do Pacto. A coordenadora suplente da CIB Maria de Lourdes San Roman, destacou que as metas do pacto devem ser regionais e que seja realizado de baixo para cima. A Política de Assistência Social ficou acadêmica, ela deve ser operacional. Retomando a fala, Márcia Mazzaroto informou, que o então ministro Osmar Terra relatou sobre a emenda parlamentar referente a veículos padronizados com a logo do MDS. Os municípios contemplados foram Alto Paraná, Assis Chateaubriand, Brasilândia do Sul, Cruzmaltina, Guaíra, Itaúna do Sul, Jabuti, Jaguariaíva, Medianeira, Nova Santa Rosa, Ortigueira, Paranaíba, Pinhão, Pitanga, Quedas do Iguaçu e Rio Negro. O ministro relatou também, que está buscando realizar reordenamento, separando as despesas dos benefícios das demais ações da política de assistência social sobre o orçamento do próximo ano. Referente ao Programa Criança Feliz, o ministro solicitou a pactuação, pela CIT, de novo critério para adesão dos municípios ao programa, e que fosse estendido o critério para crianças que estão inscritas no CadÚnico além do Bolsa Família. Além disso, propôs a redução do número de visitas às famílias para 3, para que não haja bloqueio de recursos, o que foi pactuado. Desta forma houve um reordenamento dos critérios para adesão ao programa, possibilitando ampliação de abrangência para mais 300 municípios. O ministro alertou sobre o excesso de saldo em contas dos municípios, principalmente do IGD. Em relação ao PPCAM, relatou que a região sul teve redução dos índices.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

24/07/2018

Horário: 13h 30 às 17h00

4.9.4 - Informes COGEMAS

O representante da CIB e presidente do COGEMAS, José Roberto Zanchi, informou sobre a realização da reunião descentralizada do COGEMAS no município de Jaguariaíva, que contou com a participação de 300 pessoas. Agradeceu em especial, a secretária de estado, a Sra. Fernanda Richa, pela articulação realizada, que propiciou a disponibilização do espaço para realização do evento.

Inclusão de Pauta:

- Proposta de exclusão do limite de despesas de pessoal os recursos destinados às ações e serviços da assistência social (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O representante da CIB e presidente do COGEMAS, José Roberto Zanchi, relatou sobre a PEC que propõe a retirada dos profissionais de saúde e educação do limite prudencial. Solicitou que seja realizada provocação ao MDS para uma mobilização nacional acerca da matéria. Mediante discussão da plenária, a proposta de encaminhamento foi de que o COGEMAS elaborasse uma minuta de expediente a ser encaminhada ao MDS.